

O papel do turismo no desenvolvimento humano

Mozart Fazito¹
Barbara Rodrigues²
Elimar Nascimento³
Luiz Carlos Spiller Pena⁴



RESUMO:

O turismo contemporâneo é caracterizado pela mercantilização de processos sociais e por abrigar ampla diversidade de produtos com curtíssimos ciclos de vida, gerando impactos importantes nos destinos. Na literatura, e principalmente na prática, o turismo é explorado como uma indústria secundária, uma alternativa para modernizar os espaços que a indústria tradicional não atinge. Este trabalho defende que essa é uma percepção muito empobrecedora do turismo. Busca, assim, explorar seu potencial transformador, mais importante para o desenvolvimento das sociedades. Critica-se aqui o conceito de desenvolvimento sustentável e sugere-se uma nova definição de desenvolvimento a partir de um encontro entre as teorias de desenvolvimento humano de Amartya Sen e Paulo Freire para posicionar a contribuição potencial do turismo para a construção da civilização contemporânea. O turismo pertence ao mundo do ócio, e sua vivência mais privilegiada pode contribuir para que os indivíduos atinjam consciência e liberdade. Indivíduos conscientes são capazes de participar no governo de suas sociedades e assegurar o bem-estar das gerações futuras, sem esperar que o lado destrutivo do progresso gere esse crescimento de consciência e se materialize em movimentos impulsionados por injustiça e indignação. Assim, os indivíduos se tornam agentes, e não apenas recipientes de políticas autoritárias de modernização.

Palavras-chave: Turismo. Lazer. Desenvolvimento sustentável. Liberdade. Conscientização.

1 Professor Adjunto do Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília (CET/UnB). Bacharel em Turismo. mozart.fazito@gmail.com.

2 Mestranda em Desenvolvimento Sustentável, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília (CDS/UnB). Bacharela em Turismo. rodrigues.barn@gmail.com.

3 Professor Associado no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB). Sociólogo. elimarcds@gmail.com.

4 Professor Adjunto do Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília (CET/UnB). Graduado em Arquitetura e Urbanismo. spilena@unb.br

ABSTRACT:

Contemporary tourism is characterized by the commodification of social processes and by sheltering a wide range of products with very short life cycles, causing important impacts on destinations. In the literature, and principally in practice, tourism is explored as a secondary industry, an alternative to modernize spaces that were not reached by traditional industrialization. We defend that this is a poor view of tourism. We, then, explore its transformative potential, which is more important to the development of societies. We criticize the concept of sustainable development and suggest a new definition of development derived from the Human Development theories of Amartya Sen and Paulo Freire, in order to place the contribution of tourism to the construction of the contemporary civilization. Tourism belongs to the realm of leisure, and its most privileged experience may help people to build up consciousness and freedom. Conscious people are capable of contributing to governing the development of their societies and assure the well-being of the future generations, not waiting for the destructive side of progress to enable people to grow consciousness and materialize itself in social movements boosted by injustice and indignation. Tourism may contribute to people becoming agents and not just recipients of authoritarian modernization policies.

Keywords: Tourism. Leisure. Sustainable development. Freedom. Wareness.

INTRODUÇÃO

Desde proferido o famoso ponto quatro do discurso de Harry Truman, em 1949, a ideia de desenvolvimento como modernização passou a predominar nas relações geopolíticas entre os países do Norte e do Sul global. Teorizado por Rostow (1960), a modernização sugere uma linearidade no processo de desenvolvimento econômico (desenvolvimento por etapas), com foco no avanço tecnológico e no aumento do par dialético produção/consumo das sociedades. Como os países do Norte global detinham a tecnologia, a política americana de integração econômica, lançada por Truman, foi concebida para prover às companhias americanas acesso aos recursos não renováveis localizados em outros países, para se atingir o padrão de consumo dos norte americanos e para satisfazer a crescente dependência desses recursos pelos países do Norte (FURTADO, 1974; MEADOWS, MEADOWS, RANDERS, BEHRENS, 1972).

Para Furtado, se a modernização fosse difundida para todo o globo, a pressão sobre os recursos naturais seria tão alta, que todo o sistema entraria em colapso, o que ele chamou de ‘mito do progresso linear’. O discurso de desenvolvimento sustentável, dentre os que emergiram como alternativa para esse problema, foi o que mais atraiu o interesse em nível global. Entretanto, esse conceito tem se mostrado incapaz de desafiar os discursos dominantes e, ainda pior, tem servido como instrumento de manutenção do *status quo*, mas perigosamente disfarçado de discurso alternativo (LATOUCHE, 2006; MORIN, 2007). Nas seções subsequentes, este artigo faz uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável, sugere uma ideia de desenvolvimento humano para, assim, posicionar o turismo neste processo.

Este artigo tem como objetivo explorar o turismo em seu potencial de transformação do meio, de enfrentamento aos discursos dominantes de modernização e globalização, de mudança do *status quo* (HIGGINS-DESBIOLLES, 2006). Para tanto, o turismo precisa retornar para o seu mundo mais profícuo, o mundo do ócio, e não do negócio, e assim seu potencial maior deve advir do lazer, e não do trabalho definido pelas necessidades da modernização.

DISCUSSÕES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Mebratu (1998) remonta as origens do desenvolvimento sustentável às primeiras preocupações da modernidade em relação à questão ambiental, à sabedoria tradicional indígena que sugere uma vida em harmonia com a natureza (*deep ecology*) e às questões do aumento populacional levantadas por Thomas Malthus (1766-1834). Ele considera o principal problema ambiental o hábito de consumo moderno, descrito e criticado no livro *Small is Beautiful* (SCHUMACHER, 1991). Moffat (1996) inclui ainda como influências do conceito de desenvolvimento sustentável as obras dos primeiros ambientalistas, como *The Land Ethic*, de Aldo Leopold (1949) e *Silent Spring*, de Rachel Carson (1965), entre outros.

Para Moffatt, o conceito é uma evolução do ecodesenvolvimento (SACHS, 1986), que falhou em atrair a atenção e a imaginação dos indivíduos. Mas há quase um consenso entre os autores da área de que foi a IUCN (*International Union for the Conservation of Nature*) em 1980 que cunhou o termo desenvolvimento sustentável no documento *World Conservation Strategy*. Alguns anos mais tarde, o relatório da Comissão Brundtland *Our Common Future*

apresentou o celebrado conceito “desenvolvimento que atinge as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atingir suas próprias necessidades” (WCED, 1987). As ideias de necessidades e limites, contidas no conceito, sugerem a busca de equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação ambiental, por alguns autores denominado de a “quadratura do círculo” (NASCIMENTO, DRUMMOND, 2003).

Essa definição tinha o foco no mundo em desenvolvimento, mas foi ampliada para todos os países do mundo, como resultado da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92) (MEBRATU, 1998). O sucesso do conceito em atingir algum consenso entre países ricos e pobres deve ser creditado à habilidade política da Comissão Brundtland de escolher as palavras certas (HUNTER, 1997; MEBRATU, 1998; MOFFATT, 1996; REID, 1995).

Purvis e Grainger (2004, p. 7) explicam:

seu formato consensual final foi atingido por causa do uso inteligente da língua que (...) foi ambíguo o bastante para reconhecer ambos os conjuntos de objetivos [países ricos e pobres] sem tentar resolver as contradições entre eles.

Reid (1995) ainda vai mais longe e descreve o apelo emocional da segunda parte da definição. Pare ele, o foco em não comprometer as gerações futuras de atingir suas próprias necessidades evita prognósticos negativos de cenários futuros. Assim, não há razão para se colocar tanto esforço na direção de uma equidade intergeracional, quando fazemos tão pouco para a equidade intrageracional. Mais ainda, se a sociedade contemporânea vive disparidades sem precedentes na história (SEN, 1992), a própria ideia de gerações futuras sugere uma não urgência de ação.

A habilidade política da Comissão Brundtland atraiu coalisões de apoiadores ao conceito, com diferentes opiniões, o que foi um importante passo para o sucesso do termo, mas isso só foi possível pela ambiguidade e imprecisão da noção. Esta característica reflete a crise de comunicação da contemporaneidade, que transformou o desenvolvimento sustentável em um conceito genérico, que promove um entendimento comum a pessoas com diferentes ideologias⁵.

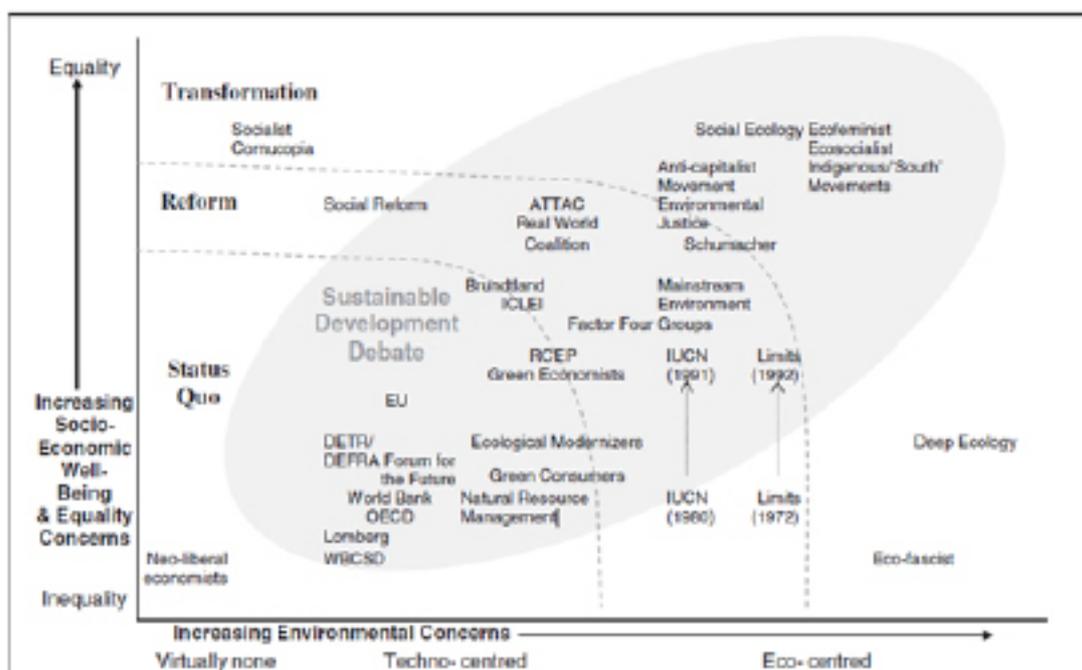
O discurso ambiental é extremamente fragmentado, o que leva a um certo consenso no sistema político global em se apoiar no conceito vago e impreciso de desenvolvimento sustentável. Um verdadeiro exercício circular de identificação e descrição de novas dimensões, pois além da econômica e ambiental, considera-se a social, a ética, a estética, a política, a cultural, a moral, entre outras, que devem estar em equilíbrio. Porém, essa ambiguidade torna o conceito pouco operacional, já que ele incorpora numerosos – e algumas vezes contraditórios – discursos de desenvolvimento e meio ambiente. Também acabou pouco funcional como discurso alternativo à modernização, já que quando pressionado pela indústria tradicional, assume a visão da expansão do consumo como foco do desenvolvimento

5 A falta da instituição do conceito de desenvolvimento sustentável, onde desenvolvimento e meio ambiente não sejam contraditórios, em um sentido prático, operacional, continua a representar uma dificuldade histórica de entendimento e priorização em um primeiro plano da agenda política internacional em relação à problemática ambiental. Pois, não havendo mudanças significativas nos padrões de consumo tornando compatíveis essas duas dimensões, econômica e ambiental, prevalecem os interesses político-econômicos dos estados comprometendo a qualidade de vida das suas sociedades. A utilização estratégica do conceito de desenvolvimento sustentável, que tanto deveria repousar sobre a fundamentação teórica quanto em frentes diversas de ação política, com vistas a sua aplicação, permaneceu mais no campo de disputa política e teórica de âmbito internacional (PENA, 2009).

e a natureza é reduzida a recurso natural (FAZITO, SCOTT, RUSSELL, 2016). Sua importância está em difundir a necessidade de proteção dos recursos naturais para o grande público como forma de se atingir o ‘jeito certo’ de se conduzir o desenvolvimento, mas sem dizer que jeito é esse.

O Gráfico 1 resume os diferentes discursos que coabitam os debates de desenvolvimento sustentável.

Gráfico 1: Mapeamento das visões do desenvolvimento sustentável



Fonte: Hopwood et al. (2005)

Após as várias tentativas de implementação de políticas de sustentabilidade a nível global e nacional por instituições intergovernamentais, a discussão acerca do desenvolvimento sustentável se pulverizou em diferentes assuntos. É possível agregá-los em dois conjuntos: a sustentabilidade no mercado e a sustentabilidade na esfera pública/política. No primeiro, a preocupação dos atores envolvidos se concentra no que esses entendem por “práticas sustentáveis” nas organizações, tanto em um contexto operacional quanto teórico. Desde *sustainable supply chain management*⁶ (TOUBOULIC, WALKER, 2015), até modelos estratégicos (FSSD⁷) e *business/finanças* (DYLLICK, MUFF, 2016; BARKEMEYER, HOLT, PREUSS, TSANG, 2014), é cada vez mais frequente trabalhos acerca da gestão da responsabilidade socioambiental corporativa em empresas de qualquer ramo que, de alguma forma, sentem-se pressionadas pelo aumento da visibilidade das questões socioambientais no contexto empresarial.

⁶ “Gestão Sustentável da Cadeia de Fornecimento”, tradução livre pelos autores.

⁷ Framework for Strategic Sustainable Development (ver mais em BROMAN; ROBÈRT, 2017).

Abramovay (2012) defende que por mais que exista o risco de apropriação do discurso ambiental para a promoção da empresa, conhecido como *greenwashing*, a pressão por parte da sociedade é fundamental para prevenir um comportamento ainda mais predatório (p. 191). Entretanto, a lógica de consumo que surge a partir de “produtos sustentáveis”, ou de uma empresa dita sustentável, também é sustentada por essa sociedade, que se transforma em um cliente não de uma economia verde (BRAND, 2012), como o desejado, mas de um “mercado verde” na qual o objetivo é o mesmo do tradicional: lucro máximo.

Esse processo é um exemplo da fragilidade da noção de desenvolvimento sustentável, apontada anteriormente, e mostra como a razão mercadológica transpassa suas fronteiras ao alcançar questões além do ambiente empresarial. A propalada desmaterialização da economia – consumo menor de recursos naturais por unidade produtiva – é uma farsa, pois a economia por unidade é largamente prejudicada pelo aumento de unidades consumidas. O balanço é sempre negativo. Mas, o que importa é o balanço final, e não o de unidade produzida (ENRIQUEZ, GOMES, 2012)⁸.

Essa percepção também é vista no segundo conjunto que trata o desenvolvimento sustentável na esfera pública/política. Surgem autores que tentam estabelecer metas, estratégias e indicadores para o desenvolvimento sustentável (HÁK, JANOUŠKOVÁ, MOLDAN, 2016; GRIGGS, 2013; HOLDEN, LINNERRUD, BANISTER, 2014) com a intenção de que as propostas exaustivamente apresentadas sejam, de fato, implementadas, e resultem em mudanças concretas, que possam ser acompanhadas. Ao mesmo tempo, tal esforço pode fazer com que se reduza ainda mais a profundidade do debate acerca do desenvolvimento humano e, assim, se perca um caminho que se construiu em direção a uma solução mais estrutural.

Ainda nessa esfera, encontram-se os críticos atentos à necessidade de transformação do paradigma dominante (e da ciência que o acompanha), ao cuidado com a apropriação da sustentabilidade por ele e a perda de seu sentido real desde seu início, com fortes críticas em relação aos objetivos traçados pela Organização das Nações Unidas (ONU). Estes são vistos como vagos por tentarem conciliar interesses que muitas vezes são divergentes, e pouco eficazes (BOLIS, MORIOKA, SZNELWAR, 2014; HOLDEN, LINNERRUD, BANISTER, 2017; KAMBITES, 2014; KLÄY, ZIMMERMANN, SCHNEIDER, 2015). Também inserido na esfera pública/política, estão alguns autores interessados na aplicação dos pressupostos do desenvolvimento sustentável no planejamento das cidades, e em como esses valores contribuem para a qualidade de vida das comunidades (COBBINAH, ERDIAW-KWASIE, AMOATENG, 2015; HÖJER, WANGEL, 2015; YIGITCANLAR, TERIMAN, 2015). Mesmo com todos esses esforços, não é possível extrair algo preciso, e estruturalmente comum, dentre as diversas abordagens.

A influência do desenvolvimento sustentável no turismo gerou os mesmos problemas de imprecisão e pouca operacionalidade (BUTLER, 1999). Assim, como se entender o papel do turismo no desenvolvimento sustentável, se cada interessado constrói a sua própria ideia de desenvolvimento? (HALL, 2008). Aqui trataremos de refletir sobre um conceito de desenvolvimento que seja capaz de promover um desafio aos discursos hegemônicos,

8 O mercado sempre aposta no chamado padrão de fraca sustentabilidade para a minimização de riscos, onde um quantum de tecnologia seria o suficiente para evitar os efeitos colaterais sobre a biosfera. E, assim, desobrigar o lado político do tratamento preventivo sobre o esgotamento e degradação dos recursos naturais (FERREIRA, 2005).

modernizantes e industrialistas, e que não deixe se perder a ideia da geração de um mundo melhor para as gerações futuras, presente no discurso de desenvolvimento sustentável. Mais ainda, buscaremos demonstrar que há um equívoco no entendimento do papel do turismo no desenvolvimento, como uma indústria secundária, e de sua importância em um mundo de declínio das formas de trabalho características do período pós-revolução industrial, e expansão do tempo livre das pessoas.

TURISMO CONTEMPORÂNEO E DESENVOLVIMENTO

Os primeiros estudos de turismo e desenvolvimento datam do início dos anos 1980, com a teoria do ciclo de vida das áreas turísticas de Butler (1980), advinda da linearidade característica da modernização, e da aplicação da teoria da dependência às relações de turismo em nível global, defendida por Britton (1982). Esse último autor, mais crítico, sugere a necessidade de se substituir os movimentos de turismo de massa por formas de turismo alternativo, como forma de ampliar os benefícios econômicos do turismo para os países do Sul.

Mais recentemente, Mowforth e Munt (2009) argumentaram que o estudo do desenvolvimento turístico deve ir além da dependência e quebrar com a análise da dominação e subordinação que caracterizam o turismo de massa. Os autores focam seu estudo em formas alternativas de turismo.

O quadro 1 mostra as diferenças entre o turismo de massa e o turismo contemporâneo.

Quadro 1: Evolução do Turismo Contemporâneo

Old Fordist	New Post-Fordist
Mass	Individual
Pakaged	Unpakaged/Flexible
Ss (sea, sun, sand, sex)	Ts (travelling, trekking, trucking)
Unreal	Real
Irresponsible (socially, culturally, environmentally)	Responsible
Modern	Contemporary

Fonte: Adaptado de Mowforth e Munt (2009).

O turismo contemporâneo é fruto da globalização, da compressão espaço-temporal característica da modernidade tardia (GIDDENS, PIERSON, 2000; HARVEY, 1989). É orientado em grande parte pelo consumidor, e não apenas pelo produto. Os aspectos da vida social se tornam mercantilizados, com grande diferenciação de padrões de consumo e

sua “politização”, o que faz com que os turistas reajam contra a ‘massa’. Os produtos têm um ciclo de vida cada vez mais curto, enquanto novos tipos de produtos mais específicos emergem (MOWFORTH, MUNT, 2009).

Em termos gerais, a globalização refere-se à crescente escala, magnitude e velocidade dos fluxos inter-regionais e aprofundamento dos impactos nos padrões de interação social (HELD, MCGREW, 2003). Uma das mais óbvias consequências da globalização é o aumento da mobilidade de pessoas – turistas, migrantes, trabalhadores, refugiados – pelo globo (THORNLEY, RYDIN, 2002). O turismo emerge neste contexto como um produto típico da ideologia dominante da globalização neoliberal. Para Beni (2006), o turismo é a segunda atividade mais globalizada, após a bancária. O turismo acentua as desigualdades não apenas contribuindo para a concentração de renda nas mãos de poucas corporações transnacionais de turismo, mas também pelo fluxo de informações fácil e rápido, que promove a destruição das diferenças locais e padronização dos lugares.

Held e McGrew (2003) defendem que as pessoas nunca estiveram tão expostas aos valores de outras culturas. Cidades se tornaram arenas onde culturas competem. Assim, é crucial incorporar à análise do turismo contemporâneo as relações de poder, de dominância e controle, que resultam dos discursos dominantes de modernização, que transformaram cidades, pessoas e culturas em produtos a serem consumidos por turistas (MOWFORTH, MUNT, 2009).

A visão dominante do turismo como negócio importante, gerador de renda e emprego, levou à hegemonia das teorias voltadas a uma obediência cega à modernização e à falta de crítica político-econômica dessas teorias. Mesmo os estudos alternativos não conseguiram transcender a visão de turismo apenas como gerador de renda, tornando a sua discussão estática e sem vida (FRANKLIN; CRANG, 2001). O papel do turismo no desenvolvimento das sociedades se resumiu a uma forma de se modernizar os espaços não atingidos pela industrialização tradicional: lugares distantes, exóticos e com diversidade natural e cultural preservadas (FAZITO, 2015).

Extrai-se aqui da escola de Turismo Crítico, que emergiu nos anos 2000 para desafiar essas percepções que dominavam a literatura (ATELJEVIC, PRITCHARD, MORGAN, 2007; MORGAN, PRITCHARD, ATELJEVIC, 2012), a ideia de que esta é uma visão muito empobrecedora do papel do turismo no desenvolvimento. Desde então, a literatura de turismo crítico focou em questões do corpo (ANDREWS, 2005; CROUCH, DESFORGES, 2003), performance (EDENSOR, 2000, 2001), questões de gênero (AITCHISON, 2001, 2005), mercantilização e identidade (ATELJEVIC & DOORNE, 2003) e acabou negligenciando a análise político-econômica do turismo no mundo contemporâneo (BIANCHI, 2009).

Os estudos de modernização turística negligenciaram as experiências sociais locais, contextualizadas a realidades do sul global. Um discurso alternativo de turismo, capaz de contribuir para a transformação do meio, se enriqueceria ao dar voz a essas experiências: o improdutivo, o local, o marginalizado, o atrasado e o ‘ignorante’ (SANTOS, 2006). Trata-se de desfazer as malas de um mundo conceitual limitado pela racionalidade econômica, ao se destacar o significado que as instituições, as ações, os eventos e os costumes possuem para aqueles que os vivenciam. Para tanto, adota-se aqui o conceito de desenvolvimento humano e sua relação com a expansão das liberdades individuais e construção de consciência crítica, que tratamos abaixo.

DESENVOLVIMENTO HUMANO E LIBERDADES INDIVIDUAIS

Aqui se busca um caminho para se construir conhecimento de forma mais profunda e contextualizada, baseado não somente em amplas teorias gerais, mas também, e principalmente, em experiências sociais localizadas, aceitando as incertezas e espontaneidades do processo social, de forma a não se fixar o esforço intelectual em escolas de pensamento formais e eurocêntricas, mas “brincar” com as teorias sociais e econômicas em relação ao que acontece empiricamente, fazendo emergir o que Santos (2004, 2006) chamou de ‘epistemologias do sul’. Para se construir um novo conceito de desenvolvimento, aqui proposto, será conduzido um diálogo entre o economista liberal Amartya Sen e sua abordagem das capacidades (SEN, 1999) e a ideia de conscientização para a autonomia e emancipação do educador crítico Paulo Freire (1970, 1973). O encontro dessas teorias propõe uma convergência dos significados de liberdade em ambas, que são complementares.

Amartya Sen desenvolveu o conceito da abordagem das capacidades (*capability approach*) gradualmente ao longo de décadas. De seus primeiros estudos sobre as razões por trás das grandes fomes que marcaram a história recente da humanidade aos seus estudos profundos das desigualdades, o que mais contribuiu para a abordagem das capacidades é a ideia de meios e fins. Para ele, todo conceito de desenvolvimento busca a igualdade de alguma coisa, de uma utilidade – felicidade, qualidade de vida – das necessidades básicas, de direitos de acumulação e propriedade, de renda, etc. O que ele inova em sua teoria é que a igualdade deve ser dos meios (*capability*) e não de fins (*functionings*), já que esses variam de pessoa para pessoa.

Assim, a atenção passa a ser dirigida às finalidades de desenvolvimento: que cada um leve a vida que preferir. O exemplo clássico é o dos dois famintos: um por falta de comida e o outro por greve de fome por direitos civis. O que difere um do outro é a capacidade que o sujeito em greve tem de se nutrir, e que o outro faminto não tem: a liberdade de fazer a greve. Assim, sua teoria tem contribuído para afastar o foco único do desenvolvimento da expansão de riqueza e renda – apenas mais um meio – para a expansão das liberdades individuais (capacidades) que os indivíduos têm para levar a vida que desejam.

Liberdade é um conceito contestado. Harvey (2005) lembra que ‘liberdade’ é uma ideia central entre os defensores do neoliberalismo. Porém, pode-se constatar que muito dos resultados do neoliberalismo – desigualdades, pobreza, poluição, direitos sociais prejudicados (CASTELLS, 2003b, 2003a; ESCOBAR, 1995; SEISDEDOS, 2010) – prejudicam as liberdades individuais. Sen defende que liberdade é um conceito essencial ao desenvolvimento por duas razões distintas: ‘avaliativa’: os indicadores devem focar nas liberdades individuais; e ‘efetiva’: atingir o desenvolvimento é profundamente dependente da capacidade de participação das pessoas. Para ele, as pessoas devem ser vistas como ativamente envolvidas na construção do seu destino, e não apenas como recipientes passivos dos planos de desenvolvimento impostos sobre elas. O exercício da liberdade é mediado por valores. Estes valores são influenciados pelos debates públicos e interações sociais, que por sua vez são guiados pelas liberdades.

A Abordagem das Capacidades foi majoritariamente aplicada para resolver sua razão ‘avaliativa’, com a criação de novos indicadores de desenvolvimento, como o Índice de Desenvolvimento Humano, e outros. Mas seu aspecto de agência humana (participação nas decisões de desenvolvimento) ainda carece de aprofundamento na literatura especializada (FUKUDA-PARR, 2003; ROBEYNS, 2006). Aqui, acredita-se que isso se deve ao fato de que

a participação verdadeira requer criticidade, consciência e capacidade de compreensão do contexto em que se está inserido.

Manuais de abordagens participativas abundam na literatura de planejamento para o desenvolvimento – particularmente na literatura de planejamento turístico – mas falta uma reflexão mais profunda acerca do quão livres estão as pessoas para participar, ou qual o papel das formas de exercício de poder ‘de cima para baixo’ via manipulação, coerção, ameaças, etc. Definitivamente, este não é um tema mais profundamente desenvolvido por economistas. Aí está a fronteira disciplinar atingida por Amartya Sen, do estudo da sociedade – típico da economia – ao estudo do indivíduo.

O processo pedagógico de desenvolvimento humano que visa um sujeito consciente, crítico e capaz de se governar (moral), governar a casa (economia) e a sociedade (política) (FOUCAULT, 1991) é o tema central dos educadores. Paulo Freire, assim como Amartya Sen, também atingiu a fronteira disciplinar indivíduo/sociedade com a sua politização extrema do processo pedagógico. O diálogo entre os dois pensadores do desenvolvimento humano se dá na forma como a educação para a autonomia e emancipação de Paulo Freire pode contribuir para resolver a segunda razão da mudança do foco de desenvolvimento para a expansão das liberdades individuais descrita acima, a razão ‘efetiva’ – a necessidade dos sujeitos se tornarem agentes da construção do próprio desenvolvimento.

Conscientização, para Freire (1973), seria um processo educacional que possibilita a aquisição de consciência crítica. O processo é descrito como o corpo, que age de forma coerente com o que ele pensa, sente e diz, em um exercício de liberdade para sonhar, para escolher e participar em o que for necessário para se atingir o que deseja. Conscientização é o caminho para a liberdade, já que se funda na construção de consciência crítica para se atingir a autonomia do indivíduo. Conscientização e autonomia são as capacidades que levam as pessoas a resistirem à opressão imposta pelos discursos dominantes de desenvolvimento e pela modernização autoritária. Uma forma barata e importante de opressão é, precisamente, manter as pessoas alienadas e manipuláveis.

Os oprimidos, ao construírem consciência, tornam-se livres e capazes de reconstruir o desenvolvimento. Consciência pode ser construída no processo de educação formal, que se tornaria em medida preventiva de ações de desenvolvimento, ou após o impacto negativo das ações destrutoras de desenvolvimento – um projeto minerário mal planejado, um resort mal dimensionado – através da indignação popular que leva à formação de movimentos sociais.

A ação dos movimentos sociais é oposta às relações de dominação. Como os discursos hegemônicos de modernização têm causado a destruição das pessoas, via desigualdade, e da natureza, os movimentos sociais têm o papel de desconstruí-los (ESCOBAR, 1995). A desconstrução se dá, então, pelas experiências sociais, como práticas de desenvolvimento (GIBSON-GRAHAM, 2005; SANTOS, 2002). Seja a partir da educação formal ou da indignação causada pelas ações de modernização autoritária, a construção da consciência é fundamental para a expansão das liberdades individuais advogada pela abordagem das capacidades. Desenvolvimento como liberdade consciente converge com as ideias de pós-desenvolvimento, da construção de um futuro melhor a partir da aceitação das incertezas e da valorização da espontaneidade no processo (GIBSON-GRAHAM, 2005).

Um conceito de desenvolvimento como liberdade não pode negligenciar a importância da capacidade dos sujeitos de criticar os discursos dominantes de desenvolvimento e resistir à opressão. Para Pinto (2008), a educação para a autonomia proposta por Freire deve ser aplicada ao lazer. É onde lazer e liberdade convergem. A próxima seção explora o papel do turismo – como elemento do lazer – no desenvolvimento como liberdade consciente.

LAZER ATIVO E TURISMO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Conforme anunciado anteriormente neste artigo, uma forma mais enriquecedora de se compreender o papel do turismo no desenvolvimento humano é voltando o seu estudo para seu campo mais relevante: o turismo visto como ócio, e não como negócio. Para tanto, descreve-se aqui brevemente as principais discussões acadêmicas em torno do campo que estuda o tempo livre, o campo do lazer. Shaw e Williams (1994) resumem as discussões sobre a definição de lazer em três momentos: 1) lazer entendido como o tempo livre das obrigações, que é criticado por não diferenciar o tempo livre do trabalho do tempo livre para o lazer; 2) lazer definido como o tempo em que as atividades de lazer acontecem (HAWORTH, VEAL, 2005), que é criticado por assumir uma falsa objetividade, já que atividades como jardinagem e artesanato podem ser entendidas como lazer ou obrigação; e 3) lazer visto como uma atitude da mente (DE GRAZIA, 1973), a forma como as pessoas percebem as atividades que dão satisfação pessoal, mas que é criticado por ser impreciso, já que há fronteiras de escolhas individuais que são construídas socialmente, baseadas em posição social, expectativas e processo de socialização.

Kleiber (1999) define lazer com um propósito pedagógico, como a combinação de tempo livre e a expectativa de uma experiência preferida que, como ele explica, vai além da ausência de preocupação, envolvendo um senso de oportunidade e possibilidade. Assim, para o autor, é possível se ter lazer no trabalho. De fato, há duas correntes principais de entendimento do lazer: aquela que inclui a possibilidade de lazer no trabalho, e a que entende o lazer apenas fora do tempo ocupado pelo trabalho (BRUHNS, 1997). Essas diferenças demonstram como é complicado generalizar uma definição de lazer.

Aqui adotamos o lazer desenvolvido por Marcellino (2006), que é definido como tempo e atitude: o tempo livre para a vivência do lazer e a atitude do sujeito com relação à experiência vivida, em que sobressai uma expectativa de prazer (ALVES JUNIOR, MELO, 2003). Para algumas pessoas, o trabalho pode ser prazeroso, mas no Brasil esta seria uma ideia elitista demais, já que para a grande maioria da população, trabalhar é uma carga pesada a ser carregada, e só é conduzida dessa forma uma vez que as pessoas precisam de remuneração para sobreviver. Um conceito de turismo que seja capaz de desafiar os discursos dominantes de modernização turística deve advir de um conceito de lazer que não entenda o trabalho como algo que possa ser classificado como lazer. Trabalho é ocupação, obrigação, enquanto lazer é liberdade, estar livre.

Uma breve visita à etimologia da palavra lazer nos leva a *licere*, que no latim significa ‘ser/estar permitido’. Para Platão, um homem só seria capaz de transcender a transitoriedade do corpo e do mundo material para o mundo das ideias e da eternidade, se tivesse ócio – aqui entende-se lazer e ócio como a mesma coisa. Daí a palavra ócio em grego antigo ser *scholé*,

que dá origem a ‘escola’. A ligação entre lazer e educação ainda fica mais interessante, quando nos referimos ao Liceu, a escola peripatética de Aristóteles. O termo ‘peripatético’ refere-se às caminhadas do mestre e seus pupilos em um bosque agradável para aprender e trocar conhecimento. Deslocar-se no tempo do lazer é uma vivência muito próxima daquilo que chamamos turismo neste trabalho. Conhecimento, para os gregos, só era possível no tempo do lazer, e hoje, com cada vez menos trabalho e mais tempo livre, uma vivência privilegiada e lúdica desse tempo é condição para o desenvolvimento das sociedades (DE GRAZIA, 1973).

Marcellino (2008, 2010) argumenta que o lazer possui um duplo aspecto educativo: educação pelo lazer – lazer como meio de se educar, sua habilidade potencial de contribuir para o desenvolvimento humano nas dimensões cognitiva, motora e social – e educação para o lazer – educação para um melhor uso do tempo livre. Assim, Pinto (2008, pp. 45–6) defende que o acesso ao lazer como direito social promulgado pela Constituição Brasileira de 1988 implica a educação dos cidadãos, que passam a poder identificar e vivenciar as diferentes oportunidades que emergem no espaço e tempo do dia-a-dia, e a ter capacidade para entender e remodelar essas oportunidades, conscientes da sua importância e das contradições que limitam sua fruição.

Marcellino (2006) discute ‘conscientização’ em termos de atividade e passividade em lazer. Ele define lazer com consciência, criticidade e capacidade de compreensão do contexto como ‘ativo’. O caminho verdadeiro para um uso privilegiado do tempo livre e a distribuição e ocupação deste tempo entram em conflito com a lógica da modernização, como discurso hegemônico de desenvolvimento, que entende o lazer como um produto ou serviço a ser consumido (MARCELLINO, 1983). Analogamente, a modernização turística vê o turismo como uma indústria. Turismo, quando visto como lazer ativo, pode promover um desafio criativo aos discursos de modernização. O que poderíamos chamar de ‘turismo ativo’ seria a mobilidade das pessoas, vista sob o conceito de lazer ativo. Não implica que turismo não acomode negócios. Apenas move o foco principal para as características de lazer do turismo, promovendo um discurso alternativo à modernização turística e contribuindo para a transformação do meio (HIGGINS-DESBIOLLES, 2006).

Entre os possíveis usos mais enriquecedores do turismo, certamente está o seu encontro com a educação, construção de consciência e emancipação, que podem, de fato, contribuir para a civilização, em vez do crescimento econômico, conforme propõe o geógrafo Milton Santos (TENDLER, 2001). Apesar de a grande maioria das publicações estar voltada ao potencial de expansão de riqueza e renda do turismo, pode-se também identificar sua contribuição para a construção da paz (MOUFAKKIR & KELLY, 2010), como forma de promover o ecoturismo e a consciência ambiental (MMA, 2004; PEDRINI et.al, 2010; PERINOTTO, 2008), em seu papel na gestão de áreas protegidas, de forma a reaproximar as comunidades da natureza (IRVING, CORRÊA, ZARATTINI, 2013) e na exploração de formas inovadoras de participação e governança para inclusão social nessas áreas (IRVING et. al. 2015), levar o turista ao autoconhecimento em vez da frivolidade característica do status pessoal, e ao afeto aos espaços a partir da percepção dos lugares onde crescemos e vivemos, além do aspecto da educação patrimonial (RIBEIRO, SANTOS, 2008). Promove também a elevação da consciência e capacidade crítica, da capacidade de participar nas decisões que governam o nosso processo de desenvolvimento (cidadania) (GASTAL, MOESCH, 2007). Para o turismo ativo, a expansão de renda é apenas mais uma consequência periférica, que pode ser positiva, jamais o principal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou responder à agenda da escola de Turismo Crítico de se explorar os potenciais do turismo que transcendem a obediência estática e acrítica aos valores de negócios e renda, que predominam na literatura da área. Buscou-se aqui, principalmente, aprofundar as possibilidades do papel do turismo no desenvolvimento das sociedades, na construção de civilização. Explicitou-se também que, apesar de ter atraído interesses e a atenção mundial, o discurso de desenvolvimento sustentável não conseguiu se impor como um discurso alternativo à modernização dominante nas relações globais de desenvolvimento, por conta de sua imprecisão, e isso refletiu na difícil operacionalização da ideia de Turismo Sustentável.

Assim, foi sugerido o conceito de desenvolvimento como liberdade consciente a partir de um encontro entre as teorias de desenvolvimento humano do economista Amartya Sen e do educador Paulo Freire, como forma de responder à necessidade de se efetivar a expansão das liberdades substantivas individuais levantadas pelo primeiro (SEN, 1999), com o conceito de conscientização, proposto pelo segundo (FREIRE, 1970; 1973). O papel do turismo neste conceito de desenvolvimento, então, seria o de contribuir para a expansão da conscientização, da autonomia e, por conseguinte, das liberdades individuais substantivas que possibilitam aos sujeitos exercerem cidadania, governarem as ações de construção das próprias sociedades.

Para tanto, entendeu-se aqui que para contribuir para o desenvolvimento humano, o turismo precisaria de um tratamento mais profundo; deveria ser explorado a partir de sua vivência de tempo livre, de ócio, mas não apenas disso; de uma vivência lúdica e privilegiada do tempo livre, capaz de promover autoconhecimento, capacidade crítica e emancipação. Derivamos do conceito de lazer ativo (MARCELLINO, 2006), a ideia de ‘turismo ativo’, que abarca as características descritas acima. Conclui-se que o potencial de contribuição do turismo como gerador de riqueza e renda é apenas um elemento periférico no desenvolvimento das sociedades. Um entendimento mais rico do turismo incorpora o seu potencial mais profundo de contribuição para a construção da civilização que, apesar de raro na literatura, se refere à mobilidade no tempo livre, ao ócio.

Aponta-se aqui para que futuras pesquisas sobre o papel do turismo no desenvolvimento busquem explorar o potencial do turismo na construção de consciência, de autoconhecimento, no resgate do afeto das pessoas pelos seus lugares, na aceitação de culturas diferentes, enfim, na construção de um mundo melhor para as gerações atuais e futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. *Muito Além da Economia Verde*. São Paulo: Abril, 2012.
- AITCHISON, C. Theorizing Other Discourses of Tourism, Gender and Culture: can the subaltern speak (in tourism)? *Tourist Studies*, 1(2), 133–147. 2001.
- AITCHISON, C. Feminist and Gender Perspective in Tourism Studies: the social-cultural nexus of critical and cultural theories. *Tourist Studies*, (5), 207–224. 2005.
- ALVES JUNIOR, E.; MELO, V. *Introdução ao Lazer*. São Paulo: Manole. 2003.
- ANDREWS, H. Feeling at Home: embodying Britishness in a Spanish charter tourist resort. *Tourist Studies*, 5(3), 247–266. 2005.
- TOUBOULIC, A.; WALKER, H. Theories in sustainable supply chain management: a structured literature review. *International Journal of Physical Distribution & Logistics Management*, 45(1/2), 16–42. 2015.
- ATELJEVIC, I.; DOORNE, S. Culture, Economy and Tourism Commodities: social relations of production and consumption. *Tourist Studies*, 3(2), 123–141. 2003.
- ATELJEVIC, I.; PRITCHARD, A.; MORGAN, N. (Eds.). *The Critical Turn in Tourism Studies: Innovative Research Methodologies*. Amsterdam: Elsevier Science. 2007.
- BARKEMEYER, R.; HOLT, D.; PREUSS, L.; TSANG, S. What Happened to the “Development” in Sustainable Development? Business Guidelines Two Decades After Brundtland. *Sustainable Development*, 22(1), 15–32. 2014.
- BENI, M. *Política e Planejamento de Turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph. 2006.
- BIANCHI, R. The “Critical Turn” in Tourism Studies: a radical critique. *Tourism Geographies*, 11(4), 484–504. 2009.
- BOLIS, I., MORIOKA, S. N., & SZNELWAR, L. I. When sustainable development risks losing its meaning. Delimiting the concept with a comprehensive literature review and a conceptual model. *Journal of Cleaner Production*, 83, 7–20. 2014.
- BRAND, U. Green Economy – the Next Oxymoron? No Lessons Learned from Failures of Implementing Sustainable Development. *GAIA - Ecological Perspectives for Science and Society*, 21(1), 28–32. 2012.
- BRITTON, S. The Political Economy of Tourism in the Third World. *Annals of Tourism Research*, 9(3), 331–358. 1982.
- BROMAN, G. I.; ROBÈRT, K.-H. A framework for strategic sustainable development. *Journal of Cleaner Production*, 140, 17–31. 2017.
- BRUHNS, H. *Introdução aos Estudos do Lazer*. Campinas: Unicamp. 1997.
- BUTLER, R. The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution and Implications for Management of Resources. *The Canadian Geographer*, 24(1), 5–12. 1980.
- BUTLER, R. Sustainable Tourism: a state-of-the-art review. *Tourism Geographies*, 1(1), 7–25. 1999.

CASTELLS, M. Global Information Capitalism. In A. G. McGrew & D. Held (Eds.), *The Global Transformations Reader: An Introduction to the Globalization Debate* (pp. 311–334). Cambridge: Polity Press. 2003a.

CASTELLS, M. The Rise of the Fourth World. In A. G. McGrew & D. Held (Eds.), *The Global Transformations Reader: An Introduction to the Globalization Debate* (pp. 430–439). Cambridge: Polity Press. 2003b.

COBBINAH, P. B.; ERDIAW-KWASIE, M. O.; AMOATENG, P. Rethinking sustainable development within the framework of poverty and urbanisation in developing countries. *Environmental Development*, 13, 18–32. 2015.

CROUCH, D.; DESFORGES, L. The Sensuous in the Tourist Encounter: Introduction: the power of the body in tourist studies. *Tourist Studies*, 3(1), 5–22. 2003.

DE GRAZIA, S. *Of time, work, and leisure*. Millwood, N.Y: Kraus Reprint Co. 1973.

DYLLICK, T.; MUFF, K. Clarifying the Meaning of Sustainable Business: Introducing a Typology From Business-as-Usual to True Business Sustainability. *Organization & Environment*, 29(2), 156–174. 2016.

EDENSOR, T. Staging Tourism: tourists as performers. *Annals of Tourism Research*, 27(2), 322–344. 2000.

EDENSOR, T. Performing Tourism, Staging Tourism: (re)producing tourist space and practice. *Tourist Studies*, 1(1), 59–81. 2001.

ENRIQUEZ, M. A.; GOMES, G. C. Justiça distributiva e eficiência econômica: uma perspectiva ecológica-econômica dos condicionantes do desacoplamento. In Philippe Léna Elimar Pinheiro do Nascimento (Orgs). *Enfrentando os limites do crescimento*, Rio de Janeiro, Gramond. 2012.

ESCOBAR, A. *Encountering Development: the making and unmaking of the third world*. Princeton: Princeton University Press. 1995.

FAZITO, M. Modernização Turística: o papel do turismo nos discursos dominantes de desenvolvimento. In S. Figueiredo, F. Azevedo, & W. Nóbrega (Eds.), *Perspectivas Contemporâneas de Análise em Turismo*. Belém: NAEA. 2015.

FAZITO, M.; SCOTT, M.; RUSSELL, P. The Dynamics of Tourism Discourses and Policy in Brazil. *Annals of Tourism Research*, 57, 1–17. 2016.

FERREIRA, L. C. Sustentabilidade. In Ferraro Junior, L. A. Encontros e caminhos: formação de educadores ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental. 2005.

FOUCAULT, M. Governmentality. In G. Burchell, C. Gordon, & P. Miller (Eds.), *The Foucault Effect: studies in governmentality* (pp. 87–104). Heartfordshire: Harvester Wheatshief. 1991.

- FRANKLIN, A.; CRANG, M. The Trouble with Tourism and Travel Theory. *Tourist Studies*, 1(1), 5–22. 2001.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1970.
- FREIRE, P. *Education for Critical Consciousness*. London: Sheed and Ward. 1973.
- FUKUDA-PARR, S. The Human Development Paradigm: operationalizing Sen's ideas on capabilities. *Feminist Economics*, 9(2–3), 301–317. 2003.
- FURTADO, C. *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (4th ed.). Paz e Terra. 1974.
- GASTAL, S.; MOESCH, M. *Turismo, Políticas Públicas e Cidadania*. São Paulo: Aleph. 2007.
- GIBSON-GRAHAM, J. Surplus Communities: postdevelopment and community economies. *Singapore Journal of Tropical Geography*, 26(1), 4–26. 2005.
- GIDDENS, A.; PIERSON, C. *Conversas com Antony Giddens*. O sentido da modernidade. Rio de Janeiro, FGV. 2000.
- GRIGGS, D. Sustainable development goals for people and planet, 495. 2013.
- HÁK, T.; JANOUŠKOVÁ, S.; MOLDAN, B. Sustainable Development Goals: A need for relevant indicators. *Ecological Indicators*, 60, 565–573. 2016.
- HALL, C. *Tourism Planning: Policies, Processes and Relationships*. Essex: Pearson Education. 2008.
- HARVEY, D. *The Condition of Postmodernity*. Cambridge: Blackwell. 1989.
- HARVEY, D. *A Brief History of Neoliberalism (New Ed)*. Oxford: Oxford University Press. 2005.
- HAWORTH, J. T.; VEAL, A. J. (Eds.) *Work and Leisure (New Ed)*. Routledge. 2005.
- HELD, D.; MCGREW, A. G. The Great Globalization Debate: an introduction. In D Held & A. McGrew (Eds.), *The Global Transformations Reader: An Introduction to the Globalization Debate* (pp. 1–50). Cambridge: Polity Press. 2003.
- HIGGINS-DESBIOLLES, F. More than an “Industry”: the forgotten power of tourism as a social force. *Tourism Management*, 27, 1192–1208. 2006.
- HÖJER, M.; WANGEL, J. Smart Sustainable Cities: Definition and Challenges. In *ICT Innovations for Sustainability* (pp. 333–349). Springer, Cham. 2015.
- HOLDEN, E.; LINNERRUD, K.; BANISTER, D. Sustainable development: Our Common Future revisited. *Global Environmental Change*, 26, 130–139. 2014.
- HOLDEN, E.; LINNERRUD, K.; BANISTER, D. The Imperatives of Sustainable Development. *Sustainable Development*, 25(3), 213–226. 2017.

HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O'BRIAN, G. Sustainable Development: mapping different approaches. *Sustainable Development*, 13, 38–52. 2005.

HUNTER, C. Sustainable Tourism as an Adaptive Paradigm. *Annals of Tourism Research*, 24(4), 850–867. 1997.

IRVING, M.; CORRÊA, F.; ZARATTINI, A. (Eds.). Parques Nacionais do Rio de Janeiro: desafios para uma gestão social da biodiversidade. Rio de Janeiro: Folio Digital. 2013.

IRVING, M.; RODRIGUES, C.; RABINOVICI, A.; COSTA, H. (Eds.). Turismo, Áreas Protegidas, e Inclusão Social: diálogos entre saberes e fazeres. Rio de Janeiro: Folio Digital. 2015.

KAMBITES, C. J. “Sustainable Development”: the “Unsustainable” Development of a Concept in Political Discourse. *Sustainable Development*, 22(5), 336–348. 2014.

KLÄY, A.; ZIMMERMANN, A. B.; SCHNEIDER, F. Rethinking science for sustainable development: Reflexive interaction for a paradigm transformation. *Futures*, 65, 72–85. 2015.

KLEIBER, D. A. *Leisure Experience and Human Development: A Dialectical Interpretation*. Basic Books. 1999.

LATOUCHE, S. *Le pari de la décroissance*. Paris, Fayard. 2006.

MARCELLINO, N. *Lazer e Humanização*. Papirus. 1983.

MARCELLINO, N. *Estudos do Lazer: uma introdução* (4th ed.). Campinas: Autores Associados. 2006.

MARCELLINO, N. *Lazer e Sociedade: algumas aproximações*. In N. Marcellino (Ed.), *Lazer e Sociedade: múltiplas relações* (pp. 11–26). Campinas: Alinea. 2008.

MARCELLINO, N. *Lazer e Educação* (16th ed.). Papirus Editora. 2010.

MEADOWS, D.; MEADOWS, D.; RANDERS, J.; BEHRENS, W. *The Limits to Growth: a report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind*. New York: Potomac. 1972.

MEBRATU, D. Sustainability and Sustainable Development: historical and conceptual review. *Environment Impact Assessment Review*, 18(6), 493–520. 1998.

MMA. *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Edições MMA - Ministério do Meio Ambiente. 2004.

MOFFATT, I. *Sustainable Development: Principles, Analysis, and Policies*. New York: Parthenon Pub. Group. 1996.

MORGAN, N.; PRITCHARD, A.; ATELJEVIC, I. *The Critical Turn in Tourism Studies: Creating an Academy of Hope*. (N. Morgan, A. Pritchard, & I. Ateljevic, Eds.) (1st ed.). New York: Routledge. 2012.

MORIN, E. *Vers l'abîme?* Paris, L'Herne. 2007.

MOUFAKKIR, O.; KELLY, I. (Eds.) *Tourism, Progress and Peace*. Oxfordshire: CABI. 2010.

MOWFORTH, M.; MUNT, I. *Tourism and sustainability development and new tourism in the third world*. London [u.a.]: Routledge. 2009.

NASCIMENTO, E. P.; DRUMMOND, J. A. (Orgs). *Amazonia: dinamismo econômico e conservação ambiental*. Rio de Janeiro, Garamond. 2003.

PEDRINI, A.; MESSAS, T.; GHILARDI-LOPES, E.; BERCHEZ, F. Educação Ambiental pelo Ecoturismo numa Trilha Marinha no Parque Estadual da Ilha Anchieta, Ubatuba (SP). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 3(3), 429–459. 2010.

PENA, L. C.S. Licenciamento Ambiental em Assentamento de Reforma Agrária. Campinas: Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – Universidade Estadual de Campinas. Tese (Doutorado). 2009.

PERINOTTO, A. Turismo Pedagógico: uma ferramenta para educação ambiental. *Caderno Virtual de Turismo*, 8(1), 100–103. 2008.

PINTO, L. Lazer e Educação: os desafios da atualidade. In N. Marcellino (Ed.), *Lazer e Sociedade: múltiplas relações* (pp. 11–26). Campinas: Alinea. 2008.

PURVIS, M.; GRAINGER, A. *Exploring Sustainable Development: Geographical Perspectives*. London: Earthscan. 2004.

REID, D. *Sustainable development: an introductory guide*. London: Earthscan. 1995.

RIBEIRO, M.; SANTOS, E. Turismo Cultural como Forma de Educação Patrimonial para as Comunidades Locais. *Itinerarium*, 1, 1–12. 2008.

ROBEYNS, I. The Capability Approach in Practice. *The Journal of Political Philosophy*, 14(3). 2006.

ROSTOW, W. *The Stages of Economic Growth: a non-comunist manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press. 1960.

SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. Rio de Janeiro, Vertice. 1986.

SANTOS, B. *A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez. 2002.

SANTOS, B. The WSF: toward a counter-hegemonic globalization. In J. Sen, A. Anand, A. Escobar, & P. Waterman (Eds.) (pp. 235–245). New Delhi: The Viveka Foundation. 2004.

SANTOS, B. Por uma Sociologia das Ausências e uma sociologia das emergências. In C. Barreira (Ed.), *Sociologia e Conhecimento além das Fronteiras*. Porto Alegre: Tomo Editorial.

SCHUMACHER, E. F. *Small is Beautiful: A Study of Economics as if People Mattered* (New e.). Abacus. 1991.

SEISDEDOS, P. “Late Neoliberalism” in Brazil: social and economic impacts of trade and financial liberalization. In R. Westra (Ed.), *Confronting Global Neoliberalism: Third World Resistance and Development Strategies*. Atlanta: Clarity Press. 2010.

SEN, A. *Inequality Reexamined*. Cambridge: Harvard University Press. 1992.

SEN, A. *Development as Freedom*. Oxford: Oxford University Press. 1999.

SHAW, G. *Critical issues in tourism: a geographical perspective*. Oxford: Blackwell. 1994.

TENDLER, S. *Encontro com Milton Santos - O mundo Global Visto do Lado de Cá*. Caliban. 2001.

THORNLEY, A.; RYDIN, Y. *Planning in a Global Era*. Hampshire: Ashgate Publishing, Ltd. 2002.

WCED. *Our common future*. (G. H. Brundtland, Ed.). Oxford: Oxford University Press. 1987.

YIGITCANLAR, T.; TERIMAN, S. Rethinking sustainable urban development: towards an integrated planning and development process. *International Journal of Environmental Science and Technology*, 12(1), 341–352. 2015.